



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

## **PROJETO DE LEI N.º 4.604, DE 2025**

**(Do Sr. Kim Kataguiri)**

Altera a Lei nº 10.406, de 2002 (Código Civil), para que não se consideram parentes as pessoas que têm vínculo meramente socioafetivo e vedar a pensão socioafetiva.

**DESPACHO:**

APENSE-SE À(AO) PL-503/2025.

**APRECIÇÃO:**

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

**PUBLICAÇÃO INICIAL**

Art. 137, caput - RICD



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal KIM KATAGUIRI

### PROJETO DE LEI Nº de 2025

(do deputado federal Kim KataguiRI - UNIÃO-SP)

Altera a Lei nº 10.406, de 2002 (Código Civil), para que não se consideram parentes as pessoas que têm vínculo meramente socioafetivo e vedar a pensão socioafetiva

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Esta Lei altera a Lei nº 10.406, de 2002 (Código Civil), para que não se consideram parentes as pessoas que têm vínculo meramente socioafetivo e vedar a pensão socioafetiva.

Art. 2º. A Lei nº 10.406, de 2002 (Código Civil), passa a vigor com as seguintes alterações:

“Art. 1.593.....

Parágrafo único. Não se consideram parentes as pessoas que têm vínculo meramente socioafetivo.

Art. 1.694.....

§3º. O vínculo meramente socioafetivo não basta para que haja obrigação de pagar ou receber alimentos”.





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal KIM KATAGUIRI

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor 30 (trinta) dias após a sua publicação.

### JUSTIFICAÇÃO

O presente Projeto de Lei tem por finalidade conferir maior segurança jurídica às relações de família e de sucessão, delimitando de forma clara quais vínculos geram efeitos jurídicos no âmbito do parentesco e do dever de prestar alimentos.

O Código Civil de 2002, em seu art. 1.593, reconhece o parentesco natural e o civil. Entretanto, a jurisprudência pátria, ao longo das últimas décadas, passou a admitir a figura do parentesco socioafetivo, equiparando-o, em muitos casos, ao vínculo biológico ou civil, especialmente em temas como filiação, herança e alimentos.

Tal ampliação interpretativa, embora tenha buscado atender a situações concretas, acabou por gerar insegurança jurídica e desvirtuar a própria natureza do instituto do parentesco, cuja previsão legal decorre de vínculos objetivos — seja pela consanguinidade, seja por ato jurídico de adoção ou reconhecimento formal.

A proposta ora apresentada tem dois objetivos principais:

1. Evitar distorções na concepção de parentesco, esclarecendo que o vínculo meramente socioafetivo não gera efeitos jurídicos automáticos, salvo quando houver reconhecimento legal específico;
2. Resguardar a função social do instituto dos alimentos, estabelecendo que a obrigação alimentar não pode decorrer unicamente de relações de afeto, mas apenas de vínculos previstos em lei, evitando litígios artificiais e a imposição de encargos patrimoniais desproporcionais.





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal KIM KATAGUIRI

A proteção do afeto no âmbito familiar não deve se confundir com a criação indiscriminada de obrigações jurídicas. O Estado deve resguardar os laços legítimos de parentesco e assegurar o cumprimento de deveres decorrentes de vínculos claros, juridicamente reconhecidos, sem abrir margem para interpretações que fragilizem a segurança das relações privadas.

Dessa forma, a aprovação deste Projeto de Lei contribuirá para a coerência do ordenamento jurídico e para a preservação do papel institucional do Direito Civil, afastando a expansão ilimitada de obrigações sem fundamento legal expresso.

Pelas razões expostas, conto com o apoio dos nobres Pares para a aprovação desta proposição.

Sala das Sessões,        de        de 2025

**KIM KATAGUIRI**  
Deputado Federal  
(UNIÃO-SP)



Praça dos Três Poderes - Câmara dos Deputados  
Anexo IV, 7º andar, gabinete 744  
dep.kimkatguiiri@camara.leg.br  
CEP 70160-900 - Brasília-DF

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251315348200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Kim Kataguiiri



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CEDI  
Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG

**LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002**

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2002/lei-10406-10-janeiro2002-432893-norma-pl.html>

**FIM DO DOCUMENTO**